

CRENCIAMENTO Nº 01/2017
PROCESSO nº 305/2017

OBJETO: Fornecimento de medicamentos de referência, medicamentos genéricos, medicamentos similares e perfumaria aos servidores da Câmara Municipal de Valinhos mediante desconto em folha de pagamento.

DATA DA REALIZAÇÃO: 07/12/2017

HORÁRIO DO CRENCIAMENTO: 09 horas

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 09h30min.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Câmara Municipal sita à Rua: Ângelo Antônio Schiavinato nº 59 – Bairro: Residencial São Luiz - Valinhos/SP – CEP. 13270-470.

A sessão será conduzida pela Comissão de Licitações designada por portaria específica.

ESCLARECIMENTOS: Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na página da Internet www.camaravalinhos.sp.gov.br.

O Senhor Presidente Vereador Israel Scupenaro, usando da competência legal de Presidente, torna público que se encontra aberto na Câmara Municipal de Valinhos **CRENCIAMENTO** conforme os termos deste instrumento convocatório.

1- CONSIDERAÇÃO INICIAL

Este certame será regido Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Integram este Edital os Anexos de I a VII.

As propostas deverão obedecer às especificações e exigências constantes deste instrumento convocatório.

Os recursos financeiros para o atendimento ao objeto deste credenciamento correrão por conta de receita oriunda dos descontos em folha de pagamento, conforme o valor informado pela credenciada.

2- PARTICIPAÇÃO

2.1- Poderão participar deste credenciamento empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação que atenderem às exigências de habilitação.

2.2- Não será permitida a participação de empresas:

2.2.1- Estrangeiras que não funcionem no País;

2.2.2- Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.2.3- Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

2.2.4- Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02;

2.2.5- Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 10º da Lei 9.605/98;

2.2.6- Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

3- CREDENCIAMENTO

3.1- Por ocasião da fase de credenciamento dos licitantes, deverá ser apresentado **FORA** dos Envelopes nº 1 (Habilitação) e nº 2. (Proposta) o que se segue:

3.1.1- Quanto aos representantes:

a) Tratando-se de **Representante Legal** (sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) Tratando-se de **Procurador**, instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para praticar todos os atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem “a”;

c) O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto;

d) O licitante que não contar com **representante** presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de praticar quaisquer atos na sessão;

e) Encerrada a fase de credenciamento não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários;

f) Será admitido apenas **1** (um) **representante** para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.

3.1.2- Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:

Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando usufruir dos benefícios concedidos na Lei Complementar nº. 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo V** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 (Habilitação) e nº 2 (Proposta).

4-FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os Documentos de Habilitação e a Proposta deverão ser apresentados separadamente, em **dois** envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
CREDENCIAMENTO Nº 01/2017
ENVELOPE Nº 1 - HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL:

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
CREDENCIAMENTO Nº 01/2017
ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA
RAZÃO SOCIAL:

5 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.1- Para a habilitação, todos os licitantes, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar pedido de credenciamento conforme **Anexo III** acompanhado da **DOCUMENTAÇÃO COMPLETA**;

5.2- No que se refere à **DOCUMENTAÇÃO COMPLETA**, os licitantes deverão apresentar:

5.2.1- HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso:

- a)** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária).
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária.
- c)** Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária.
- d)** Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- e)** Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f)** Os documentos relacionados no subitem “a” e “b” **não** precisarão constar do **Envelope nº 1 - Habilitação** se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Credenciamento.

5.2.2- REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**);

b) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;

c) **Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

c1) Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, abrangendo inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive inscritas em DAU;

c2) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, da sede ou do domicílio da licitante.

c3) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio da licitante.

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do **FGTS**;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (**CNDT**), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

f) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

f.1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis**, cujo o termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Câmara, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

f.2) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem f.1, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal nº. 10.520/02.

5.2.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de **falência e concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) Certidão negativa de **recuperação judicial ou extrajudicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b.1) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

5.2.4 - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

Declarações subscritas por representante legal do licitante, elaboradas em papel timbrado, conforme modelo constante do **Anexo VI** deste Edital, atestando que:

a) Nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

b) Que a empresa atende às normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo;

c) Para o caso de empresas em recuperação judicial: estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

d) Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas;

e) Para microempresas ou empresas de pequeno porte: que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada

pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, cujos termos conheço na íntegra.

5.3- DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.3.1- Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticada pela Comissão de Licitações no ato de sua apresentação;

5.3.2- Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;

5.3.3- Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Câmara aceitará como válidas as expedidas até **180 (cento e oitenta) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

5.3.4- Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

5.3.5- Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a **inabilitação** do licitante;

5.3.6- A Comissão de Licitações diligenciará efetuando consulta direta nos **sites** dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

6- PROPOSTA

6.1- O **Anexo IV** deverá ser utilizado, preferencialmente, para a apresentação da **Proposta**, datilografado, impresso ou preenchido a mão de forma legível, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, datado e assinado pelo representante legal do licitante ou pelo procurador.

6.2- Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

6.3- Deverão estar consignados na proposta:

6.3.1- A denominação, endereço/CEP, telefone/fax, e-mail e CNPJ do licitante;

6.3.2- O percentual de desconto oferecido sobre cada um dos itens;

6.3.2.1- O percentual é fixo e irrevogável;

6.3.3- Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **60 (sessenta) dias** corridos, contados a partir da data de abertura dos envelopes, podendo ser prorrogado por acordo das partes;

6.3.4- A declaração expressa da licitante de que a proposta atende todas as exigências constantes do **Anexo II – Termo de Referência**.

7- PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1- No horário e local indicados neste Edital será aberta a sessão pública, iniciando-se pela fase de credenciamento dos licitantes interessados em participar deste credenciamento, ocasião em que serão apresentados os documentos indicados no item 3.1.

7.2- Encerrada a fase de credenciamento, os licitantes entregarão à Comissão de Licitações os **envelopes nº 1 e nº 2**, contendo, cada qual, separadamente, a Documentação de Habilitação e a Proposta de Preços.

7.3- Abertos os **Envelopes nº 1** (Habilitação), os documentos serão conferidos e rubricados pela Comissão de Licitações e pelos representantes presentes;

7.4- Constatado o atendimento pleno aos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será **habilitado**.

7.5- Os **Envelopes nº 2** (Proposta) dos licitantes inabilitados permanecerão fechados e deverão ser retirados pelos interessados no prazo de **quinze dias corridos** contados a partir da homologação, após o que serão inutilizados.

7.6- Havendo concordância de todos os licitantes quanto às decisões da Comissão de Licitações tomadas na fase de habilitação e expressa desistência quanto à interposição de recurso poderá ocorrer, na seqüência, a abertura dos Envelopes nº 2 dos licitantes considerados habilitados;

7.7- Caso não ocorra a hipótese prevista no item anterior a Comissão de Licitações marcará e divulgará, oportunamente, a data para a abertura dos Envelopes nº 2;

7.8- Serão consideradas classificadas as propostas que atenderem integralmente às disposições deste Edital;

7.9- Constatado o atendimento pleno aos requisitos de classificação previstos neste Edital, a proposta do licitante será **classificada**.

7.10- Das sessões lavrar-se-ão atas circunstanciadas nas quais serão registradas todas as ocorrências sendo, ao final, assinadas pelos membros da Comissão de Licitações e pelos representantes devidamente credenciados.

7.11- Esgotado o prazo previsto para a apresentação de recursos contra o julgamento das propostas ou, se apresentados, após sua apreciação, o processo será encaminhado à Presidência para decidir sobre os recursos, adjudicar e homologar.

7.12- Esta Câmara convocará os adjudicatários da presente licitação para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega da intimação ou da publicação, assinarem o contrato, cuja minuta é parte integrante deste Edital.

7.13- A recusa injustificada do licitante em assinar o contrato acarretará na aplicação das sanções previstas no artigo 81, da Lei Federal nº 8.666/93.

7.14- É facultada à Comissão de Licitações ou autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

7.15- Aplicam-se à presente licitação as sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/93.

8-IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1- Até **dois dias úteis** da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do credenciamento.

8.2- Eventual impugnação deverá ser dirigida ao subscritor deste Edital e **protocolada** na Câmara;

8.2.1- Admite-se impugnação por intermédio de “fac-símile” ficando a validade do procedimento condicionada à apresentação do original no prazo de **48 horas**;

8.2.2- Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame.

8.3- A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.

8.4- Dos atos da Comissão de Licitações cabe recurso no prazo de **5 (cinco) dias úteis** que começará a correr a partir do dia em que houver expediente na Câmara para a apresentação das razões, por meio de memoriais, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

8.4.1- Na hipótese de interposição de recurso, a Comissão de Licitações poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente fundamentado à autoridade competente;

8.4.2- O recurso contra decisão da Comissão de Licitações terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

8.4.3- Os recursos devem ser protocolados na Câmara;

8.5- Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de homologação e adjudicação do certame.

9- PRAZOS, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

9.1- O objeto será executado na forma estabelecida no **Anexo II**.

9.2 – As irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento pelos adjudicatários da notificação por escrito, mantido o desconto inicialmente ofertado.

10 – FORMA DE PAGAMENTO

10.1 - As empresas credenciadas deverão encaminhar à Câmara até o dia 10 de cada mês relatório mensal das aquisições efetuadas pelos servidores acompanhado dos comprovantes assinados pelo servidor ou dependente autorizado por ele para desconto em folha de pagamento.

10.2- As notas fiscais deverão ser emitidas no dia 20 de cada mês para prévio empenhamento.

10.3- O pagamento será efetuado num prazo de até 10 dias após a apresentação da Nota Fiscal.

10.4- O pagamento será feito através de crédito em conta corrente a ser fornecida pela Contratada, cheque nominal a favor da Contratada a ser retirado na Departamento de Finanças da Câmara ou boleto bancário (sem geração de despesa).

10.5- Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à empresa adjudicatária carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo de 24 horas.

10.6- Caso a contratada não apresente documento fiscal e/ou carta de correção pertinentes, conforme o caso, no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

11 - SANÇÕES

11.1 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, demais penalidades legais além das seguintes multas:

11.1.1 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

11.1.2 – O atraso injustificado na execução do contrato, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 86 da Lei 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

I – Multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso; e

II – Multa de 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso. A partir do 46º (quadragésimo sexto) dia, estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, em casos particulares, previstos no edital ou contrato, sujeitando-se à aplicação da multa prevista no subitem “11.1.3” deste edital.

11.1.3 – Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, poderá ser aplicada à contratada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

12 – DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 – As normas disciplinadoras deste credenciamento serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

12.2 – Os atos passíveis de publicação serão divulgados no órgão de imprensa oficial do Município de Valinhos e no sítio eletrônico www.camaravalinhos.sp.gov.br.

12.3 – Os casos omissos do presente credenciamento serão solucionados pela Comissão de Licitações.

12.4 – Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Valinhos.

Valinhos, 16 de Novembro de 2017.

Israel Scupenaro
Presidente

ANEXO I - RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

CRENCIAMENTO N° 01/2017

PROCESSO nº 305/2017

Denominação:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Cidade:

Estado:

Telefone:

Fax:

Obtivemos, através do acesso à página www.camaravalinhos.sp.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, ____ de _____ de 2017.

Nome: _____

Senhor Licitante,

Visando à comunicação futura entre da Câmara e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo à Setor de Compras - e-mail: compras@camaravalinhos.sp.gov.br

A não remessa do recibo exime a Câmara da comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Recomendamos, ainda, consultas à referida página para eventuais comunicações e ou esclarecimentos disponibilizados acerca do processo licitatório.

ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

1) OBJETO: Fornecimento de medicamentos de referência, medicamentos genéricos, medicamentos similares e perfumaria aos servidores da **CÂMARA** mediante desconto em folha de pagamento.

2) ESPECIFICAÇÕES

2.1 - Os medicamentos e/ou perfumarias serão adquiridos mediante solicitação do próprio servidor ou dependente devidamente autorizado por ele, efetuando-se previamente o cadastro do servidor na empresa credenciada, de acordo com informações a serem fornecidas pela Câmara.

2.2 – As compras somente poderão ser efetuadas com a utilização de senha e apresentação de documento de identificação com foto.

2.3 - Cada funcionário poderá comprometer até 30% (trinta por cento) do valor de sua remuneração, obedecendo a relação de limites que será encaminhada às empresas credenciadas pela Câmara.

2.3- As compras poderão realizadas pelos servidores ou dependentes diretamente no estabelecimento credenciado ou pelo telefone.

3) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - As empresas credenciadas deverão encaminhar à Câmara até o dia 10 de cada mês relatório mensal das aquisições efetuadas pelos servidores acompanhado dos comprovantes assinados pelo servidor ou dependente autorizado por ele para desconto em folha de pagamento.

3.2- As notas fiscais deverão ser emitidas no dia 20 de cada mês para prévio empenhamento.

3.3- O pagamento será efetuado num prazo de até 10 dias após a apresentação da Nota Fiscal.

3.4- O pagamento será feito através de crédito em conta corrente a ser fornecida pela Contratada, cheque nominal a favor da Contratada a ser retirado no Departamento Financeiro da Câmara ou boleto bancário (sem geração de despesa).

3.5- Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à empresa adjudicatária carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo de 24 horas.

3.6- Caso a contratada não apresente documento fiscal e/ou carta de correção pertinentes, conforme o caso, no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

4) OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Caberá à Câmara:

- Enviar às empresas credenciadas em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, a lista dos servidores que farão parte do convênio incluindo número de inscrição no CPF/MF, telefone, endereço de *e-mail*, limite de compras em reais e relação de dependentes autorizados pelos servidores a realizarem compras em seu nome;
- Informar às empresas credenciadas através de *e-mail* qualquer alteração, bloqueio de limites de crédito, alteração de limites de crédito, inclusões e/ou exclusões de conveniados, afastamentos, etc;
- Informar às empresas credenciadas quais são os servidores afastados sem remuneração, que conseqüentemente estão impedidos de efetuar compras com desconto em folha;
- Efetuar os pagamentos nos termos do contrato.

5) OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Caberá às empresas credenciadas:

- Executar o objeto contratado na forma estabelecida neste anexo;
- Fornecer os cartões de cliente preferencial aos servidores em até 10 (dez) corridos dias do recebimento;
- Enviar à Câmara relatório mensal de consumo;
- Oferecer aos servidores da Câmara os descontos ofertados na proposta de preços;
- Oferecer serviço de entrega gratuita no horário de expediente na Sede da Câmara sita à Rua: Ângelo Antônio Schiavinato nº 59 – Bairro: Residencial São Luiz - Valinhos/SP – CEP. 13270-470 no prazo máximo de 02 (duas) horas contadas da solicitação.
- Caso a empresa credenciada não possua em seu estoque o medicamento solicitado pelo servidor, deverá providenciá-lo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- Oferecer completa linha de medicamentos e produtos de perfumaria;
- Disponibilizar assistência farmacêutica através de profissionais legalmente habilitados em período integral.
- Responsabilizar-se pelo cadastramento, solicitação e conferência da senha e documento de identificação dos servidores ou dependentes quando da venda dos produtos.

**ANEXO III
PEDIDO DE CREDENCIAMENTO**

À
Comissão de Licitações

A empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº. _____ vem requerer seu credenciamento perante a Câmara Municipal de Valinhos para o fornecimento de medicamentos de referência, medicamentos genéricos, medicamentos similares e perfumaria aos servidores da **CÂMARA** mediante desconto em folha de pagamento, de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 01/2017

Declaro, sob as penas da lei, que:

- a) Concordo com todos os termos, exigências e condições previstas no Edital;
- b) São verdadeiras todas as informações prestadas para fins deste credenciamento.
- c) Segue abaixo todos os dados cadastrais;

DADOS DO LICITANTE		
Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço:		
CEP:	Fone:	Fax:
E-mail:		

**ANEXO IV
PROPOSTA DE PREÇOS
CREDENCIAMENTO nº. 01/2017**

Adverte-se que a simples apresentação desta Proposta será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação do licitante neste credenciamento.

DADOS DO LICITANTE		
Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço:		
CEP:	Fone:	Fax:
E-mail:		

Item	Produto	Desconto percentual (%)
01	Medicamentos genéricos	
02	Medicamentos similares	
03	Medicamentos de referência	
04	Perfumaria	

Validade da proposta: _____ dias (mínimo 60 dias)

DECLARO, sob as penas da lei, que os produtos ofertados atendem todas as especificações exigidas neste edital.

DECLARO que o desconto ofertado foi calculado sobre o preço contemplando todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

Valinhos, em ____ de _____ de 2017.

Assinatura do representante

Nome do representante: _____

RG do representante: _____

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA
DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº. _____ é **microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos do enquadramento previsto na **Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006**, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a usufruir dos benefícios legais desta no procedimento licitatório do Credenciamento nº. 01/2017, realizado pela Câmara Municipal de Valinhos.

Valinhos, ____ de _____ de 2017.

Assinatura do representante
Nome do representante: _____
RG do representante: _____

**ANEXO VI - DECLARAÇÕES (FASE HABILITAÇÃO)
CREDENCIAMENTO Nº 01/17 - CMV**

Eu _____ (nome completo), representante legal da empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), participante do **CREDENCIAMENTO nº 01/17**, da Câmara Municipal de Valinhos, **DECLARO** sob as penas da lei:

a) Nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, que a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

b) Que a empresa atende às normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para os fins estabelecidos pelo parágrafo único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo;

c) Para o caso de empresas em recuperação judicial: estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverei apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

d) Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverei apresentar comprovação documental de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas;

e) Para microempresas ou empresas de pequeno porte: que a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, cujos termos conheço na íntegra.

Valinhos, em ____ de _____ de 2017.

Assinatura do representante

Nome do representante: _____

RG do representante: _____

**ANEXO VII
MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS E A EMPRESA _____

Pelo presente instrumento, **CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS/SP**, inscrita no CNPJ sob n.º 59.011.676/0001-23, isenta de Inscrição Estadual, com sede na Rua: Ângelo Antonio Schiavinato, nº 59, Residencial São Luiz, Valinhos/SP, CEP. 13270 470, neste ato representada por seu **Presidente, Vereador Israel Scupenaro**, portador da Cédula de Identidade RG n.º _____, inscrito no CPF sob n.º _____, assistido pela **Diretora Administrativa, Dra. Maria Aparecida Pallotta**, inscrita no CPF sob n.º _____ e pelo Diretora Jurídica **Dra. Karine Barbarini da Costa** inscrita na OAB/SP n.º _____ e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º _____, com sede _____ neste ato representada na forma de seu contrato social por _____ a seguir denominada **CONTRATADA**, na qualidade de empresa credenciada através do Credenciamento n.º 01/2017, Processo Administrativo n.º 305/2017, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações, firmam o presente contrato, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. Fornecimento de medicamentos de referência, medicamentos genéricos, medicamentos similares e perfumaria aos servidores da **CÂMARA** mediante desconto em folha de pagamento.

1.1. O Contrato será executado nos termos do Edital e anexos, especialmente do **Anexo II – Termo de Referência**.

1.2. Considera-se parte integrante do presente contrato, os seguintes documentos:

1.2.1. Proposta datada de ___/___/_____, apresentada pela **CONTRATADA**;

1.2.2. Edital e anexos do **Credenciamento nº 01/2017**.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR E RECURSOS

Os recursos financeiros para o atendimento ao objeto deste credenciamento correrão por conta dos descontos em folha de pagamento, conforme o valor informado pela credenciada.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

O contrato passa a vigorar a partir da assinatura por **12 (doze) meses**.

CLÁUSULA QUARTA – FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

4.1. A **CONTRATADA** ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização no âmbito do contrato, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos requeridos pela **CONTRATANTE**, representado pelo Fiscal do Contrato.

4.2. A existência de fiscalização por parte do **CONTRATANTE** não diminui ou altera a responsabilidade da empresa na execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – FATURAMENTO E PAGAMENTO

5.1 - As empresas credenciadas deverão encaminhar à Câmara até o dia 10 de cada mês relatório mensal das aquisições efetuadas pelos servidores acompanhado dos comprovantes assinados pelo servidor ou dependente autorizado por ele para desconto em folha de pagamento.

5.2- As notas fiscais deverão ser emitidas no dia 20 de cada mês para prévio empenhamento.

5.3- O pagamento será efetuado num prazo de até 10 dias após a apresentação da Nota Fiscal.

5.4- O pagamento será feito através de crédito em conta corrente a ser fornecida pela Contratada, cheque nominal a favor da Contratada a ser retirado no Departamento Financeiro da Câmara ou boleto bancário (sem geração de despesa).

5.5– Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à empresa adjudicatária carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo de 24 horas.

5.6– Caso a contratada não apresente documento fiscal e/ou carta de correção pertinentes, conforme o caso, no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1. Este contrato não está sujeito a reajustes.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. Fornecer o objeto nos termos do Anexo II do Edital;

7.2. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do **CONTRATANTE** em seu acompanhamento.

7.3. Manter, durante toda a execução deste contrato, todas as condições que culminaram em sua habilitação.

7.4. A **CONTRATADA**, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária deve proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nos serviços, assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas e/ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a **CONTRATADA**.

7.5. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, e as normas internas de segurança e medicina do trabalho.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

8.1. Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas;

8.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através do Fiscal do Contrato especialmente designada pelo Departamento Administrativo, nos termos do Artigo 67 da Lei nº 8.666/93;

8.3. Notificar, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO E SANÇÕES

9. Caso a **CONTRATADA**, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, demais penalidades legais além das multas:

9.1. A recusa injustificada da **CONTRATADA** em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela **CONTRATANTE** caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

9.2. O atraso injustificado na execução do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei 8.666/93, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

- multa de 0,2% (dois décimos por cento) até o 30º (trigésimo) dia de atraso; e
- multa de 0,4% (quatro décimos por cento) a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso. A partir do 46º (quadragésimo sexto) dia estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, em casos particulares, previstos no edital ou no presente contrato, sujeitando-se à aplicação da multa prevista no item seguinte.

9.3. Pela inexecução total ou parcial do presente contrato poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** as seguintes penalidades: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

9.4. O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da Lei Federal n.º 8.666/93 autorizam, desde já, o **CONTRATANTE** rescindir, unilateralmente, o contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência.

9.5. No caso de rescisão administrativa unilateral, a **CONTRATADA** reconhecerá os direitos do **CONTRATANTE** em aplicar as sanções previstas no edital, neste ajuste e na legislação que rege a licitação.

9.6. A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da **CONTRATADA** pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.

9.7. A aplicação das penalidades não impede o **CONTRATANTE** de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORO

10. O foro competente para toda e qualquer ação decorrente do presente contrato é o Foro da Comarca de Valinhos, Estado de São Paulo.

E, por estarem assim, certas e avençadas, assinam as partes já qualificadas no preâmbulo o presente **CONTRATO Nº ____ - CÂMARA**, firmado em 04 (quatro) vias de igual forma e teor, permanecendo a primeira via em poder da Departamento Jurídico da **CONTRATANTE**, a segunda via juntada no respectivo processo de compras, a terceira via em poder da Departamento de Finanças da **CONTRATANTE** e a quarta via entregue à **CONTRATADA**. Eu _____, conferi o presente Termo de Contrato.

Valinhos, ___ de _____ de _____.

Pela Contratante:

Pela Contratada:

Israel Scupenaro
Presidente

Dra. Maria Aparecida Pallotta
Diretora Administrativa

Dra. Karine Barbarini da Costa
Diretora Jurídica

Testemunhas:

Nome: _____

Nome: _____